

GÊNERO: TRÊS PERSPECTIVAS INTRODUTÓRIAS **[GENDER: THREE INTRODUCTORY PERSPECTIVES]**

Giselle dos Santos ANDRADE

Especialista em Ciências Criminais pela
Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais.

E-mail: giselle.s.a@hotmail.com

Debora Maria dos SANTOS¹

Doutoranda em Comunicação Social pela UFPE
E-mail: deboramariasantos1@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objetivo indicar, de modo introdutório, três perspectivas possíveis de compreensão do que significa gênero dentro das teorias feministas. São apresentadas as concepções de gênero para além da diferença sexual, com base na “tecnologia de gênero” de Teresa de Lauretis; gênero como categoria de análise, segundo Joan Scott; por fim, gênero como imposição colonial e traço de permanência da colonialidade, com base nas autoras María Lugones e Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Com isso, busca-se demonstrar que a polissemia de sentidos para gênero não esvazia seu conteúdo, mas, antes, permite sua flexão a fim de oferecer bases epistemológicas críticas e inovadoras para os variados campos de pesquisa científica.

Palavras-chave

Gênero. Diferença. Categoria analítica. Colonialidade.

Abstract

This study aims to indicate, in an introductory way, three possible perspectives for understanding what gender means within feminist theories. Conceptions of gender beyond sexual difference are presented, based on Teresa de Lauretis' “technology of gender”; gender as a category of analysis, according to Joan Scott; finally, gender as colonial imposition and trace of the permanence of coloniality, based on the authors María Lugones and Oyèrónkẹ Oyěwùmí. With this, we seek to demonstrate that the polysemy of meanings for gender does not empty its content, but rather allows its flexion in order to offer critical and innovative epistemological bases for the various fields of scientific research, especially in Brazil.

Keywords

Gender. Difference. Analytical category. Coloniality.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Considerações iniciais

Nada obstante a dificuldade, com o desenvolvimento da(s) epistemologia(s) feminista(s)², gênero se torna o alvo, o centro, o “olho do furacão” ao redor do qual circundam os mais diversificados debates. Por exemplo, torna-se uma questão de gênero – e não da mulher, ou das feministas – desvelar as condições por meio das quais as pessoas compreendem (a si e ao entorno) e agem no mundo, com uma performance de corpo sexuado (homem/mulher) que se espera corresponder a determinado papel previamente conformado (masculino/feminino).

Definir gênero não é algo simples. Uma consulta ao Dicionário Michaelis *on-line*³ entrega nada menos que treze significados; excluindo aqueles estritamente relacionados à biologia, à gramática, à geometria, entre outros, podemos sintetizar a informação de que, na língua portuguesa, gênero se emprega para reunir em uma categoria, grupo ou classe, todos os seres ou objetos que apresentem características ou propriedades semelhantes. Em se tratando de humanos, eis uma tarefa complexa.

Para Margareth Rago, “há um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário, que rompe com um enquadramento conceitual normativo. Talvez daí mesmo a dificuldade de nomear o campo da epistemologia feminista”. (RAGO, 1998, p 10)

De fato, “em praticamente todas as culturas, as diferenças de gênero são uma forma fundamental para os seres humanos se identificarem como pessoas, organizarem as relações sociais e simbolizarem eventos e processos naturais e sociais significativos”

² De modo preliminar, podemos considerar aqui como epistemologia feminista a produção teórico-científica que surge de dentro do próprio movimento feminista, invertendo e problematizando as relações sujeito-objeto do conhecimento, produzindo novas críticas a respeito da ciência em paralelo a outras teorias críticas tais como a marxista, a pós-estruturalista, entre outras. É importante dizer, ainda, que a epistemologia feminista abriga também as metacríticas ao próprio feminismo, de onde fez surgir, a exemplo, a teoria *queer*.

³ GÊNERO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/g%C3%AAnero/>. Acesso em: 19 de julho de 2021.



(HARDING, 1996, p. 17-18 – Tradução nossa)⁴. Isso explica, embora não de modo exaustivo, a importância de gênero para os debates feministas.

Considerando, portanto, a relevância do que seja gênero ou do que ele represente especificamente para as teorias feministas, buscaremos, neste trabalho, apresentar de modo introdutório três perspectivas por meio das quais se mobilizam alguns dos mais atuais estudos *sobre* ou *de* gênero.

1. Gênero para além da diferença sexual

O uso problematizado do termo “gênero” guarda, sem dúvidas, relação com os movimentos de mulheres. O emprego da palavra surge, no seio dos debates e teorias feministas, da tentativa de rejeitar o puro determinismo biológico do sexo. A busca pela erradicação da subalternização de mulheres passava, invariavelmente, pela compreensão de que o regime patriarcal não poderia se solidificar apenas em justificativas encontradas nas ciências naturais. Para gênero, portanto, atribuía-se o sentido cultural das diferenças encontradas entre homens e mulheres. Segundo Joan Scott, “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 2019, p. 49).

Gênero, portanto, era comumente lido como diferença sexual. Em 1987, Teresa de Lauretis (2019, p. 121-155) vai argumentar, contudo, que essa conceitualização também acaba por se tornar uma limitação do pensamento feminista.

Segundo a teórica, tal limitação seria de duas ordens: primeiro, a redução do pensamento crítico feminista a uma oposição universal do sexo, segundo a qual a Mulher vem sempre definida como diferença – seja em relação ao homem, ou diferença pura e simplesmente – em um resultado universalizante dela mesma. Isso dificulta, quando não inviabiliza o processo de identificação e articulação da diferença nas próprias mulheres. Oculta, portanto, a diversidade de mulheres e de possibilidades de ser (ou não) mulher.

Nesse aspecto, a ideia de Mulher já vem sempre definida ou pré-concebida em oposição ao Homem, tornando difícil localizar as possibilidades que se encontram fora deste sistema dual de compreensão. Tal sistema, diga-se, que é construído dentro e ao

⁴ *Prácticamente en todas las culturas, las diferencias de género constituyen una forma clave para que los seres humanos se identifiquen como personas, para organizar las relaciones sociales y para simbolizar los acontecimientos y procesos naturales y sociales significativos.*



mesmo tempo sustenta as paredes das narrativas patriarcais em campos diversos do conhecimento e data de tempos distantes:

Entre Homero (século VIII a. C.) e Galeno (século I de nossa era), poetas, filósofos e médicos revestem o objeto-mulher com um discurso de notável coerência. Caso se pretendesse resumir em uma lista as obsessões do discurso erudito, esta não seria muito extensa. A mulher é passiva e, na melhor das hipóteses, inferior – desnecessário dizer – ao padrão de sua anatomia, sua fisiologia e sua psicologia: o homem. (PERROT, 1994. p. 63-102 – Tradução nossa).⁵

Daí porque conceituar gênero simplesmente como diferença sexual não escapa ao limite imposto pela visão patriarcal sobre o mesmo tema: enxergamos a diferença, bem como enxergamos o modo como essa diferença determina e permeia as diversas relações sociais. Mas a partir daí, ao assumir a Mulher como uma espécie de “diferença por excelência”, ficamos mais uma vez presas a um novo conceito universalizante que continua perfeitamente contido nas estruturas patriarcais dualizadas de compreensão.

Em segundo lugar, o conceito de gênero como diferença sexual é limitador, para Teresa de Lauretis, porque reacomoda, dentro dos limites patriarcais, a possibilidade de

[...] conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não apenas nas experiências de relações de sexo, mas também de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 2019, p. 123).

Para além da diferença percebida entre os sexos, gênero é marca, efeito, ou produto de variadas experiências que atravessam os sujeitos em suas subjetividades e em suas relações. Uma miríade de discursos, práticas e representações que, juntos, ultrapassam tanto o biologismo quanto o puro significado discursivo.

Com isso, a teórica justifica a razão pela qual o conceito gênero não pode estar indistintamente preso à diferença sexual, sob pena de, por um lado, constituir-se como uma mera decorrência da diferença ou, por outro lado, ser abstraído a ponto de significar somente um produto da linguagem, uma circunstância imaginária que seria absolutamente

⁵ *Entre Homero (siglo VIII a.C.) y Galeno (siglo I de nuestra era), poetas, filósofos y médicos revisten el objeto-mujer con un discurso de notable coherencia. Si se pretendiera resumir en una lista las obsesiones del discurso erudito, ésta no sería muy larga. La mujer es pasiva y, en el mejor de los casos, inferior — no hace falta decirlo — al patrón de su anatomía, su fisiología y su psicología: el hombre.* SISSA, Giulia. *Filosofías del género: Platón, Aristóteles y la diferencia sexual.*



dissociada da realidade.

Para escapar de tais limitações, de Lauretis começa a delinear os contornos de gênero com base na teoria foucaultiana a respeito da sexualidade:

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente *a priori* nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política” (LAURETIS, 2019, p. 123).

Dentro desta perspectiva, Teresa de Lauretis elenca quatro proposições, as quais orientam o sentido do que ela chama de “tecnologias de gênero”: i) Gênero é uma representação; ii) A representação de gênero é a sua construção; iii) A construção de gênero ocorre hoje no mesmo ritmo de tempos passados e não somente nos espaços típicos (como a família, escolas, etc.), mas também em locais menos óbvios, como na arte ou nas teorias radicais e, notadamente, no seio do próprio no feminismo; iv) A construção de gênero se faz por meio de sua desconstrução (LAURETIS, 2019, p. 124).

Para além da diferença sexual, gênero aparece, portanto, como resultado de um complexo – já antes o mencionamos como a miríade de discursos, práticas e representações – de dispositivos que buscam, em última instância, conformar os sujeitos em categorias fixas.

2. Gênero como categoria de análise

A partir da problematização de gênero, podemos perceber que, ao mesmo tempo, gênero se revela como excelente elemento problematizador de análises as mais diversas. Segundo Sandra Harding,

Quando começamos a teorizar sobre gênero - a definir gênero como uma categoria analítica dentro da qual os humanos pensam e organizam sua atividade social, ao invés de uma consequência natural da diferença de sexo, ou mesmo como uma simples variável social atribuída a indivíduos de maneiras diferentes, de acordo com as culturas - podemos começar a descobrir até que ponto os significados de gênero povoaram nossos sistemas de crenças, instituições e até fenômenos aparentemente independentes de gênero [...](HARDING, 1996, p. 17 - Tradução nossa).⁶

⁶ *Quando empiezas a teorizar sobre el género – a definir el género como categoria analítica en cuyo marco los humanos piensan y organizan su actividad social, en vez de como consecuencia natural de la diferencia del sexo, o incluso como simple variable social asignada a personas individuales de formas*



Como afirmado pela autora, é a partir da teorização a respeito do gênero – teorização esta que nasce dentro das discussões feministas – que se torna possível começar a compreender até que ponto os significados de gênero influenciam nas variadas construções sociais.

Em uma particular análise a respeito do estudo da história das mulheres, Joan Scott historiciza gênero para indagar como ele se engendra nas relações humanas; como gênero orienta a construção e organização do conhecimento histórico. As respostas para tais perguntas, diz a teórica, “dependem do gênero como categoria de análise” (SCOTT, 2019, p. 52).

Investigando se gênero seria, portanto, uma categoria útil para análise histórica, Joan Scott, em 1986, expõe o seu conceito:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre o sexo; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 2019, p. 67)

Antes de mais, é preciso esclarecer: afirmar que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre o sexo é sobretudo uma tentativa de retenção de seu significado, a fim de torná-lo qualificado enquanto categoria de análise. Em escritos posteriores, a historiadora se repete em dizer que não considera, nem quis fazer considerar que gênero fosse sinônimo de diferença sexual, mas sim o campo teórico onde a própria diferença pode ser questionada:

Gênero – a prática social e cultural que é o objeto de estudo – é, então, sempre uma tentativa de amenizar as ansiedades coletivas sobre os significados da diferença sexual, de fixar estes significados, necessariamente imprecisos, de uma vez por todas. Impreciso, pois a despeito das diferenças visivelmente anatômicas entre os corpos (quaisquer que sejam suas variações), nossa imaginação não pode ser limitada na atribuição de significados para eles. Questões sobre corpos sexualmente indeterminados e trans sexualidade apenas compõem a dificuldade. Butler (referindo-se a Levi Strauss) coloca desta forma: “Diferença sexual é o lugar onde a questão concernente à relação do biológico com o cultural é colocada e

diferentes, según las culturas – podemos comenzar a descubrir en qué medida los significados de género han poblado nuestros sistemas de creencias, instituciones y, incluso, fenómenos tan independientes del género, en apariencia, como nuestra arquitectura y la planificación urbana..

recolocada, onde é preciso e pode ser colocada, mas onde não pode, a rigor, ser respondida”. Gênero, como nosso objeto de estudo, é, de fato, as respostas (contingentes, contenciosas e mutáveis) oferecidas para a irrespondível questão (SCOTT, 2012, p. 67).

Para a teórica, gênero é que produz significado para as diferenças sexuais e, nesse sentido, é ele a categoria analítica dentro da qual se faz possível perceber os diversos modos com os quais o sexo e a própria diferença sexual constituíram as relações sociais ao longo da história.

Em sua primeira parte da definição de gênero enquanto categoria analítica – o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre o sexo –, a autora inclui quatro aspectos relacionados entre si: o simbólico, o normativo, o político e o da identidade subjetiva.

O aspecto simbólico relaciona-se diretamente com “os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) [...]” (SCOTT, 2012, p. 67). São os signos de tradições ocidentais, tais como Eva, os mitos que reproduzem diversas representações simbólicas, dualísticas na maior parte das vezes e que antagonizam o bem e o mal.

O segundo aspecto, o normativo, diz respeito à tentativa de conter as possibilidades de interpretação dos símbolos, oferecendo posições inequívocas a respeito do masculino/feminino. Essas posições são veiculadas pela doutrinação religiosa, científica, política, jurídica, entre outras, com uma força discursiva que as fazem sempre dominantes.

O aspecto político considera que gênero é construído também na esfera pública, ultrapassando o parentesco, o âmbito familiar, como único espaço de análise. Desse modo, ele se constrói também na organização política, na economia, ultrapassando o usual âmbito privado em que se pensam as implicações de gênero.

O último aspecto diz respeito ao modo como gênero se reproduz e se engendra na subjetividade, na própria identidade dos sujeitos. Para a teórica, é uma tarefa das historiadoras e historiadores investigar como tais identidades se relacionam com as formas de organização social e de representação cultural em cada época da história.

A segunda parte de sua definição, contudo, é onde a própria teorização de gênero é apresentada: “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para além das relações óbvias entre gênero e poder – como em todos os exemplos em que se identifica claramente o esforço de controle sobre a mulher – a autora considera que:



[...] a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino.(SCOTT, 2019, p. 73)

Dentro desta compreensão, o masculino é traduzido nos atributos de potência, poder, virilidade, força, firmeza, proteção, no exercício da vida na esfera pública, no comando, etc; o feminino imprime sua marca nas condições inferiorizadas, de fraqueza, suscetibilidade, ambiguidade, vulnerabilidade, incapacidade, sempre limitado ao espaço da vida privada.

Essa linguagem, contudo, “não pode codificar-se nos dicionários, nem seus significados podem ser facilmente pressupostos ou traduzidos. Não se reduz a alguma magnitude conhecida de masculino ou feminino, macho ou fêmea” (SCOTT, 2011, p. 95 – Tradução nossa).⁷

Diante de tais questões, gênero aparece como a decodificação dos sentidos que a diferença sexual estabelece nas relações sociais e mesmo na forma como a política se construiu em contextos históricos específicos.

Assim é que a teórica encontra o gênero como “uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido” (SCOTT, 2019, p. 74). Ainda em 2008 – muitos anos depois de seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” – Joan Scott era instada a esclarecer o sentido de suas compreensões sobre gênero. Defendendo a permanência daquela categoria analítica, a autora assevera:

Gênero é sobre perguntar questões históricas; não se trata de um tratado programático ou metodológico. É, acima de tudo, um convite a pensar criticamente sobre como os significados dos corpos sexuais são produzidos, implantados e modificados; isto é, por fim, o que explica sua longevidade.⁸ (SCOTT, 2008, p. 1422 - Tradução nossa).

Enquanto categoria analítica, portanto, podemos indicar que gênero é como um

⁷ El “lenguaje de género” no puede codificarse en los diccionarios, ni sus significados pueden ser fácilmente presupuestos o traducidos. No se reduce a alguna magnitud conocida de masculino o femenino, varón o hembra.

⁸ “Gender” is about asking historical questions; it is not a programmatic or methodological treatise. It is above all an invitation to think critically about how the meanings of sexed bodies are produced, deployed, and changed; that, finally, is what accounts for its longevity.



modo de perguntar pelos sentidos que são atribuídos à percepção da diferença entre os sexos; como e para quais finalidades tais diferenças são construídas, modificadas e, finalmente, como elas funcionam enquanto elementos conformadores das relações sociais.

3. (De)colonialidade de gênero

Se é bem verdade que o feminismo lutou, em dado momento, para ver abolida a representação do homem como sujeito universal, também se faz verdadeira a preocupação com a consequente construção reflexa de uma Mulher como o sujeito universal do feminismo.

Nesse sentido, Sandra Harding questiona se seria possível haver *um* ponto de vista feminista, enquanto mulheres negras, asiáticas, indígenas norte-americanas, entre outras, reclamam as suas próprias identidades fragmentárias. Em contraponto, a autora indaga, ainda, se tal fragmentação, por sua vez, não destruiria a suposição de que a unidade advinda das experiências comuns entre mulheres é que cria a identidade capaz de dar base às epistemologias e políticas referente a suas lutas. (HARDING, 1996, p. 42)

Não há como negar as profundas diferenças entre os diversos grupos de mulheres. As mulheres brancas e de classes privilegiadas iniciaram seus movimentos sufragistas enquanto mulheres negras, escravizadas, não eram sequer consideradas humanas. Em 1851, Sojourner Truth, mulher negra que nasceu escrava no norte dos Estados Unidos, discursou:

[...] Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, s/p)⁹

O potente discurso se referia a um debate sobre direitos das mulheres, quando

⁹ TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Portal Geledés. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 18 de julho de 2021.



clérigos argumentavam que mulheres não deveriam possuir os mesmos direitos que homens, porque eram frágeis, débeis, porque Jesus era homem e, em contraste, Eva foi a primeira pecadora.

Para a pergunta mote: “não sou eu uma mulher?”, María Lugones, teórica feminista argentina, trouxe a crua resposta colonial: definitivamente “não” (LUGONES, 2019). Essa dura resposta decorre do que a autora chama de colonialidade dos gêneros. Para ela,

[...] a hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. (LUGONES, 2019, p. 358).

A colonização traz aos territórios colonizados essas dicotomias fundantes do que ocidentalmente se entende por civilização. Foi por meio delas que os colonizadores justificaram suas mais variadas formas de invasão, violação e exploração, já que os povos colonizados e escravizados eram destituídos de humanidade. Por conseguinte, gênero (então em sua forma mais bruta de divisão entre masculino/feminino) não era algo a ser atribuído aos não-humanos:

Quando pensamos no macho colonizado não humano, precisamos lembrar da perspectiva civilizatória, de um entendimento normativo do “homem como o ser humano por excelência; fêmeas eram vistas de acordo com o entendimento normativo de “mulher” como a inversão dos homens. Desse ponto de vista, as pessoas colonizadas se tornaram machos e fêmeas; machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres. (LUGONES, 2019, p. 359)

Afora a história nefasta de violência da colonização, os prejuízos ainda sobrevivem hoje. Para Lugones, “a colonialidade dos gêneros ainda está conosco; ela está na intersecção gênero/classe/raça como o construto central do sistema mundial capitalista de poder” (LUGONES, 2019, p. 362). Desse modo, embora a colonização tenha sido superada, a colonialidade, ou o pensamento colonial, ainda permanece. Esta permanência se manifesta no modo como os marcadores de raça, classe e gênero interagem para subalternizar determinado grupo de pessoas em benefício do grupo dominante. A oposição



entre tais grupos de pessoas e a exploração de um pelo outro é um dos pilares de sustentação do sistema de produção capitalista; daí porque a colonialidade de gêneros interessa à manutenção da distribuição mundial de poder.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí, desde uma perspectiva sobre a colonização do continente africano, argumenta que tal processo baseou-se também no gênero, para além do elemento raça. Desse modo, a colonização implicou uma dupla opressão para as colonizadas. A autora afirma:

Desde o momento em que os colonizadores foram homens e usaram sua identidade de gênero para condicionar o político, o processo colonial foi sexo-diferenciado. Desse modo, é obvio que qualquer debate sobre a hierarquia na situação colonial deve levar em conta seu poderoso componente de gênero, somado ao emprego da raça como a base das distinções. (OYÉWÚMÍ, 2017, p. 208 - Tradução nossa).¹⁰

O Estado patriarcal como componente intrincado ao exercício do poder é, dentro desta perspectiva, fruto da colonização dos povos e territórios. A imposição violenta do projeto civilizatório da modernidade trouxe, portanto, o gênero como um elemento determinante da classificação hierárquica entre os seres.

A colonialidade – episteme que subjaz até os dias atuais – produz uma alteridade inferiorizada no povo colonizado, em contraste com a superioridade ideal do colonizador-homem-branco. Nesse esquema, em que as oposições binárias servem ao mesmo tempo aos propósitos de justificar violências e apagar “pela negação, o desafio da existência de outros mundos com princípios ontológicos diferentes” (LUGONES, 2019, p. 366), a mulher colonizada conhece a coalizão entre gênero e raça que lhe atribui o significado talvez mais subalterno de todos.

Considerações finais

Na linha dos debates mais atuais que se desenvolvem no centro das teorias feministas, vimos que gênero tem mantido um certo teor de polissemia. Desde que se mantenha firme a atenção para o que se pretenda discutir, consideramos saudável a

¹⁰ *Desde el momento en que los colonizadores fueron hombres y usaron su identidad de género para condicionar lo político, el proceso colonial fue sexo-diferenciado. Por lo anterior, es obvio que cualquier debate sobre la jerarquía en la situación colonial debe tomar en cuenta su poderoso componente de género, sumado al empleo de la raza como la base de las distinciones.*



coexistência de seus plurissignificados, os quais permitem uma compreensão flexível sobre como gênero opera ou é operado nas relações subjetivas ou sociais.

A fluidez de seu sentido permite, por exemplo, que se compreenda como o gênero é produto de variados dispositivos orientados para marcar e produzir corpos sexuados com subjetividades já atribuídas de papéis correspondentes. Tais dispositivos permeiam as mais variadas ordens – seja discursiva, simbólica, política, familiar, e outras – e atravessam as mais variadas formas de existência humana.

Permite, ainda, que se identifique como gênero é um elemento estruturador das relações sociais e do próprio poder. A partir daí, gênero pode ser considerado como as “lentes” por meio das quais se enxerga determinada estrutura social e como ela se organiza historicamente, politicamente, economicamente e em vários outros campos da vida em sociedade.

Citamos, por último, de uma perspectiva que se distancia do Centro Global, que gênero é levado para territórios colonizados como parte das dicotomias necessárias à permanência do modo como a sociedade ocidental moderna se constituiu. É parte do pensamento colonial que categoriza sujeitos de forma a lhes retirar a humanidade, com o fim primordial de concretizar o violento projeto civilizatório.

Não pretendemos, com essas três perspectivas, exaurir os sentidos que possam ser atribuídos a gênero. Acreditamos, contudo, que essas três aberturas ao tema contribuem para os debates que acontecem atualmente nas pesquisas brasileiras e podem enriquecer, ademais, as bases epistemológicas dos mais diversos campos das ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÊNERO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/g%C3%AAnero/>. Acesso em: 19 de julho de 2021.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do

ANDRADE, Giselle dos Santos; SANTOS, Debora Maria dos; GÊNERO: TRÊS PERSPECTIVAS INTRODUTÓRIAS. p. 122-136.



Tempo, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.** Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) **MASCULINO, FEMININO, PLURAL.** Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

SCOTT, Joan Wallach. Unanswered questions. **The American Historical Review**, Vol. 113, No. 5, December, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de [org.]. **Pensamento Feminista – Conceitos Fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Género: ¿Todavía una categoría útil para el análisis? **La manzana de la discordia**, Cali, Vol. 6, No. 1, Janeiro - Junho, 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História.** São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dezembro 2012.

SISSA, Giulia. Filosofías del género: Platón, Aristóteles y la diferencia sexual. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (orgs.). **História de las mujeres v. 1. La Antigüedad.** Madrid: Taurus: Afrontamento, 1994.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Portal Geledés. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 18 de julho de 2021.



ANDRADE, Giselle dos Santos. GÊNERO: TRÊS PERSPECTIVAS INTRODUTÓRIAS. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.17, N.1, 2020, p. 122-136.

Recebido: 07/2021
Aprovado: 08/2021

